

Formulação e aplicação de um modelo de análise fundamentado no conceito de história de Walter Benjamin

Formulation and application of an analysis model based on Walter Benjamin's concept of history

Lucas Canestri de Oliveira*
Mariana Gravina Prates Junqueira**
Ana Paula Lemes de Souza***

Palavras-chave:
Walter Benjamin
Método qualitativo
Teoria da História

Resumo: O objetivo deste trabalho foi realizar uma análise das diferentes formas com as quais a população das estâncias hidrominerais de Cambuquira, Caxambu e Lambari (Minas Gerais) se relacionam com as águas minerais. O modelo de análise fundamenta-se em aspectos teórico-metodológicos do conceito de história de Walter Benjamin, tais como a utilização da alegoria, a temporalidade presente-passado não linear e a descrição ensaística. A análise foi subsidiada por pesquisa bibliográfica da historiografia local, observação participante e entrevistas semiestruturadas. A partir de situações observadas no presente, foi possível acessar passados que a historiografia tradicional localiza num tempo longínquo. Tal abordagem buscou demonstrar como diferentes maneiras de ocupar e interpretar o espaço vão se confrontando e se arrastando na história, por meio de transmissões culturais materiais e imateriais.

Keywords:
Walter Benjamin
Qualitative method
History Theory

Abstract: The objective of this work was to carry out an analysis of the different ways in which the population of the hydromineral resorts of Cambuquira, Caxambu and Lambari (Minas Gerais) relate to mineral waters. The analysis model is based on theoretical-methodological aspects of Walter Benjamin's concept of history, such as the use of allegory, non-linear present-past temporality and essayistic description. The analysis was supported by bibliographical research on local historiography, participant observation and semi-structured interviews. Based on situations observed in the present, it was possible to access pasts that traditional historiography locates in a distant time. This approach sought to demonstrate how different ways of occupying and interpreting space are confronted and dragged on in history, through material and immaterial cultural transmissions.

Recebido em 27 de julho de 2024. Aprovado em 18 de outubro de 2024.

* Doutor em Administração, na linha de pesquisa Organizações, Gestão e Sociedade pela Universidade Federal de Lavras – UFLA. E-mail: canestri@gmail.com.

** Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC-SP. Pesquisadora no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/USP. E-mail: mariana_junqueira@usp.br.

*** Doutoranda em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FND/UFRJ. E-mail: annapaullals@ymail.com.

Introdução

Uma máxima romana garantia que, *acquae condunt urbes* – “águas fundam cidades”, e de fato foi esse o caso de Cambuquira, Caxambu e Lambari, lugares que são frequentados, disputados, construídos e reconstruídos no entorno das fontes de águas minerais que por lá brotam. As cidades são reconhecidas como estâncias hidrominerais de projeção internacional, numa região conhecida como Circuito das Águas do Sul de Minas Gerais. Por conta desta singularidade, suas histórias são também influenciadas de forma semelhante, embora não necessariamente de forma simultânea ou com a mesma intensidade, pelos movimentos e fatos que redefiniram os contextos históricos nacionais, com suas ondas de reorganização social, seus pontos de referência e atores chave.

Se fossemos aqui utilizar os períodos oriundos da historiografia tradicional, estes marcos poderiam ser; as bandeiras do período colonial, a vinda da corte portuguesa, a república e o pós-II guerra. Esses influxos históricos, atingiram as localidades onde se encontram tais fontes singulares, mudando as razões que levam as pessoas a fazer seu uso cotidiano, bem como as regras formais e sociais que normatizam seu acesso e organizam o espaço.

Contudo, a presente interpretação histórica foi inspirada pelo conceito de história de Walter Benjamin, onde o autor defende que, apesar do passado consumado ser irreparável, a historiografia pode ser mais que a história dos vencedores, retomando em consideração as exigências deixadas sem resposta, uma vez que o passado comporta elementos inacabados no presente (GAGNEBIN, 1993).

Neste sentido, as tipificações históricas aqui apresentadas fundamentam-se em cinco derrotas, ou como prefere Benjamin, cinco catástrofes. A primeira catástrofe é o extermínio e silenciamento das populações ameríndias, a segunda é o desterro dos primeiros colonos, a terceira é a dessacralização das águas e sua transformação em mercadoria, a quarta é o envelhecimento prematuro da modernidade que refundou as cidades e a quinta, a catástrofe em curso, é a contaminação irreversível das águas minerais. Cada catástrofe foi convertida em uma tipificação histórica, que foram denominadas

respectivamente de (i) Histórias Silenciadas; (ii) Águas Santas; (iii) Águas Virtuosas; (iv) Período Científico e (v) Reinvenção.

Estas tipificações históricas não devem ser dispostas numa linearidade. Por isso, foram colhidas e interpretadas por meio de um modelo de análise fundamentado em aspectos teórico-metodológicos benjaminianos, tais como a utilização da alegoria, a temporalidade presente-passado não linear, a descrição ensaística de situações do presente, dentre outros aspectos que serão apresentados no segundo tópico deste trabalho.

Para tanto, tal abordagem tem a intenção de demonstrar que diferentes maneiras de ocupar e interpretar o espaço vão se confrontando e se arrastando na história, por meio de transmissões culturais materiais e imateriais, que influenciam com diferentes intensidades o dia a dia destes municípios.

A análise também foi subsidiada por pesquisa bibliográfica da historiografia local, observação participante e entrevistas semiestruturadas.

Cabe dizer, que, ao fazer um contraponto com a “historiografia tradicional”, o presente trabalho não desconsidera suas contribuições, mas procura, entretanto, consorciar-se às linhas historiográficas contemporâneas, buscando interfaces e complementariedades conceituais.

Para falar com Barros (2022), em que pese o fato das obras hoje atribuídas à historiografia tradicional terem proporcionado uma leitura proveitosa e fluente em certos aspectos, suas análises generalistas podem ser simplificadoras ao ponto de desprezar a complexidade polifônica da sinfonia histórica.

Por fim, avaliamos que o modelo de análise foi capaz de subsidiar a compreensão de situações e conflitos contemporâneos, ampliando o modo de observar suas causas, uma vez que tais causas não ficaram em um passado consumado, pois, suas raízes e camadas envolvem o presente. É um modelo aderente a metodologias participativas e apto a ser utilizado em materiais didáticos.

Por consequência, análises dessa natureza podem colaborar com o esclarecimento e a moderação de conflitos, tendo ainda em vista, a formulação de uma agenda pró ativa de políticas públicas no sentido de evitar as futuras catástrofes.

Aspectos teórico-metodológicos

Aspectos gerais do conceito de história em Walter Benjamin

De acordo com Löwy (2002), a filosofia da história de Walter Benjamin escapa das classificações habituais de caráter progressista ou conservador, revolucionário ou nostálgico. Benjamin é um crítico da filosofia do progresso, do historicismo linear, da história dos vencedores. Sua filosofia da história é uma invenção cuja originalidade deriva de elementos de três diferentes perspectivas aparentemente incompatíveis: o romantismo alemão, o messianismo judaico e o materialismo histórico. Löwy (2002) esclarece que não se trata de uma combinatória ou síntese dessas três perspectivas, e que a expressão "filosofia da história" pode até induzir a erro. Pois não há, em Benjamin, um sistema filosófico, sua reflexão chega até nós por meio de ensaios e aforismos.

Em relação à influência do romantismo alemão no pensamento de Benjamin, Assis & Cordeiro (2013) argumentam que esta se expressa fundamentalmente na crítica que este movimento faz da modernidade e da civilização industrial burguesa. O romantismo já problematizava acerca do progressismo linear que considerava a sociedade burguesa universalmente superior às formas sociais anteriores. O foco da crítica romântica era a quantificação de todas as esferas da vida, a imposição da racionalidade instrumental burocrática e a relação estritamente utilitária dos seres humanos entre si e com a natureza, o que derivou no declínio da racionalidade substantiva, ou seja, dos valores qualitativos de ordem social, religiosa, ética, cultural e estética pré-capitalistas. Tal declínio é compreendido por Benjamin como a expansão da própria barbárie.

Outra fonte de inspiração é o messianismo judaico, que concebe a relação entre passado-presente como um conjunto totalizante (ASSIS & CORDEIRO, 2013). Essa relação passado-presente passa a fundamentar a ideia de uma teoria relacional da história, iluminada pelo presente e não mais pelo passado, que por sua vez, deve ser reelaborado. Benjamin utiliza conceitos teológicos hebraicos para fazer essa crítica radical ao

continuismo da história e ao ideal sem fim do progresso. Estes elementos teológicos agregam as ideias de restauração, reparação e reforma, e são utilizados com intenção de formular um enfoque histórico que seja capaz de reparar as injustiças sociais e superar catástrofes. Ao combater a versão histórica dos opressores, Benjamin inspira-se em noções redencionistas (ASSIS & CORDEIRO, 2013).

A ideia de que o passado é uma série de derrotas catastróficas está no centro do pensamento benjaminiano. O fascismo por exemplo, que foi analisado por ele, não é visto como um acidente da história, mas uma catástrofe. As irracionalidades inerentes ao fascismo são apenas o avesso da racionalidade instrumental moderna levada às últimas consequências, uma combinação de progresso técnico destrutivo e regressão social. Frente às catástrofes, sempre ofuscadas pelas ilusões do progresso, Benjamin invoca o pessimismo revolucionário, que não deve ser confundido com a resignação fatalista, pois, não se trata de um sentimento contemplativo, mas de um pessimismo ativo, que está a serviço da emancipação das classes oprimidas, buscando impedir as ameaças que o progresso técnico junto com a concentração econômica faz pesar sobre a humanidade (ASSIS & CORDEIRO, 2013).

A terceira peça fundamental em seu mosaico de influências é o materialismo histórico. Contudo, esta é uma influência na medida em que Benjamin faz a crítica e reelabora tal abordagem (LÖWY, 2002). Mesmo sendo recorrentemente associado ao pensamento marxista presente na Escola de Frankfurt e fazer uso de conceitos como reificação, coisificação, fetichismo, alienação, proletariado e consciência de classe, Benjamin ao mesmo tempo também arrasta seu mosaico de influência anterior (romantismo e messianismo), possibilitando a origem da sua concepção de materialismo histórico (ASSIS & CORDEIRO, 2013).

Benjamin, tem a intenção de elevar o conteúdo crítico do marxismo "social democrata" presente na II Internacional, buscando aprofundar a oposição entre o materialismo histórico e as filosofias burguesas da história (LÖWY, 2002). Para tanto, o materialismo histórico teria que romper com a forma linear e com a leitura feita por etapas, cujo o

último período é visto sempre como a superação do anterior. Sem romper com esse formato, o materialismo histórico assemelhar-se-ia ao otimismo dileitante burguês, inspirado pela ideologia do progresso linear (ASSIS & CORDEIRO, 2013; LÖWY, 2002).

Benjamin discorda cabalmente da perspectiva evolucionista que permeia o marxismo, que ratifica, ao seu ver, uma leitura darwinista e positivista da história. Para o marxismo, a revolução é concebida como o resultado natural da contradição entre forças e relações de produção, ou seja, é uma perspectiva determinista, que preconiza a inevitabilidade do progresso. Para Benjamin, a revolução é a interrupção e restauração das catástrofes. Neste sentido, propõe uma concepção materialista da história que imponha uma crítica à leitura contemplativa e épica do passado, que construa uma narrativa à contrapelo, ou seja, a partir do presente e do ponto de vista dos vencidos, afastando-se de qualquer empatia com o vencedor, mesmo que sob o discurso da neutralidade científica (ASSIS & CORDEIRO, 2013).

Para Benjamin (1973) o historicismo identifica-se com os vencedores/dominadores, pois concebe como objeto da história, a sucessão de suas glórias e fatos heroicos. Contrapondo-se a isso, busca apresentar uma alternativa a esse método, interpretando o passado a partir do olhar dos vencidos/dominados. Tais imagens do passado trazidas de maneira crítica e articulada com o presente abririam caminho para a redenção. Isto significaria salvar o passado, no presente, mobilizando-o. Não se trata de um revisionismo histórico, o presente aqui é alertado por este passado que poderia ter sido, como muitos, silenciado permanentemente. Assim, o passado pode ser acessado como uma interpretação de um período que passou, mas, a partir da perspectiva presente, e fazer história seria uma ação do e no presente de um tempo histórico que se arrasta, que permanece no devir (ASSIS & CORDEIRO, 2013).

A percepção do tempo no pensamento de Benjamin implica na vivência de um tempo de agora. E é pautado nessa temporalidade que ele anuncia como a história deve entender o passado, pois, mesmo que encoberto, o passado continua agindo no presente. Benjamin desconstrói a imagem da

tradição cristalizada e procura pistas, no presente, para uma outra história possível (GAGNEBIN, 2008). Essa relação entre presente e passado ocorre pelo conceito de transmissão cultural, que ocorre a cada instante e que pode ser uma forma de abrir o passado, apresentando como ele continua operando. O conceito de “transmissão cultural” é uma crítica ao conceito de “herança cultural”, utilizado pelo materialismo histórico, que se aproximaria muito, ao seu ver, da ideia de acumulação de objetos do passado no tempo presente. Benjamin entende que, o que se costuma chamar de cultura, é também um manancial de sentidos, não o mero acúmulo de bens culturais (GAGNEBIN, 2008).

Modelo de Análise

Para elaborar um modelo de análise inspirado no conceito de história de Benjamin, destacam-se aqui três aspectos teórico-metodológicos, (i) a temporalidade presente-passado não linear, (ii) a utilização da alegoria e (iii) a análise ensaística.

De acordo com Benjamin (1973;1987), para “escovar a história a contrapelo” é preciso que se parta do presente vivido, conferindo uma concepção de passado distinta daquela apresentada pelo historicismo. “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (BENJAMIN, 1987, p.5). Tal reconstrução do passado não busca resgatar os eventos como “de fato” ocorreram cenicamente, mas sim como são vistos a partir do momento presente. Benjamin elabora uma crítica à ideia de um passado consolidado, de uma imagem eterna que preenche lacunas em um tempo homogêneo, linear, encerrado num tempo distante e acessado apenas de modo contemplativo. Seu entendimento da história dá sobrevida ao passado “cujo pulso pode ainda ser sentido no presente” (ASSIS & CORDEIRO, 2013).

Neste sentido, articular historicamente o passado significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela “relampeja”.

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido (BENJAMIN, 1987, p.2).

Assim, em oposição à representação do tempo contínuo e ininterrupto, a proposta de Benjamin é disruptiva e intensiva. Compreende a presença do passado que pulsa, se arrasta, relampeja na atualidade. O passado não se reduz a uma anterioridade que precede o presente numa linha cronológica; ao contrário, momentos do passado e do presente se interpelam mutuamente numa imagem mnêmica que cria uma nova intensidade temporal (ASSIS & CORDEIRO, 2013). O desdobramento disso é a compreensão de um passado-presente cujo sentido pode revelar-se outro.

O segundo aspecto inspirado em Benjamin é a utilização da alegoria como figura de linguagem. A descontextualização dos objetos possibilitada pela alegoria permite a recriação de novos sentidos e formas, ressaltando a impossibilidade de um sentido único e eterno (ASSIS & CORDEIRO, 2013; GAGNEBIN, 1993). Os dezoito aforismos das “Teses sobre o conceito de História” são permeados delas, como por exemplo a alegoria do boneco “autômato” que joga xadrez, mas que é controlado por um anão escondido. Com esta alegoria ele aponta a dependência, aparentemente oculta, do materialismo histórico (autômato enxadrista) com a teologia (anão escondido), no que se refere a concepção de temporalidade e progresso humano (ASSIS & CORDEIRO, 2013). Outra célebre alegoria é a do “anjo da história”, que parte da observação da obra “*Angelus Novus*” do pintor Paul Klee (1932). Nesta alegoria o anjo encara o passado, mas uma tempestade o impele ao futuro. A cadeia de acontecimentos é vista pelo anjo como uma catástrofe única, cujas ruínas vão acumulando-se aos seus pés e a tempestade que o arrasta é o progresso.

Por fim, o terceiro aspecto é mais um modo de expressão do que uma categoria teórica. Como já exposto, Benjamin não desenvolve uma teoria geral da História, sua abordagem ocorre por meio de ensaios e aforismos, onde apresenta um conjunto de críticas e proposições. Segundo seus comentadores, essa característica permite que seu mosaico de influências possa aprofundar com mais liberdade a oposição entre materialismo histórico e as filosofias burguesas da história, aguçando seu potencial revolucionário e elevando seu conteúdo crítico (GAGNEBIN, 2008; LOWY, 2002).

A seguir, na figura 1, o modelo de análise é apresentado por meio da “alegoria da cebola”, elaborado com a intenção de ser um instrumento heurístico.

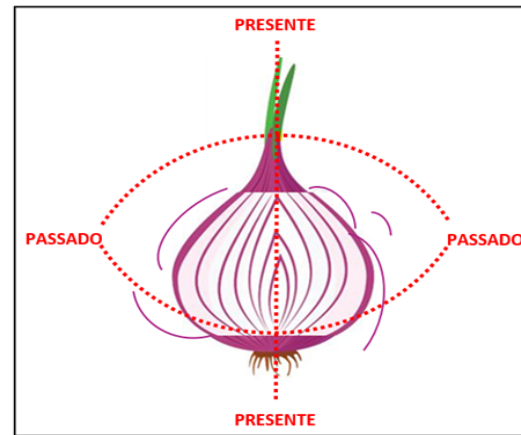


Figura 1: Alegoria da cebola (modelo de análise)

Fonte: Elaborado pelos autores

A alegoria da cebola busca permitir uma visualização da intersecção passado-presente. A cebola representa toda a história humana vista no mesmo instante, semelhante à paisagem de ruínas vista pelo “anjo da história”. As camadas da cebola representam as diferentes temporalidades históricas, que diferentemente da linha temporal historicista, não ficam pelo caminho preenchendo um espaço cada vez mais distante. O presente vivido, a sucessão de “agoras”, está unido ao passado na raiz, e simultaneamente está envolvido por ele, o que difere da ideia de que o presente seja a ponta de uma trajetória linear.

Na cebola da história, as “camadas-temporais” se acumulam pela transmissão cultural material e imaterial, saltando fora da referida continuidade histórica linear.

O passado-presente também é convergente no talo de floração, ou seja, na possibilidade restauradora da germinação de uma nova cebola, ou uma nova história.

Contudo, como numa cebola, há passados que se perdem definitivamente como cascas secas e quebradiças, mesmo que eventualmente sejam encontrados alguns fragmentos, tanto materiais quanto imateriais.

Apresentada a alegoria da cebola, cabe dizer que é possível reforçar e incorporar em suas análises o repertório conceitual da historiografia

contemporânea, como os conceitos de temporalidade, duração, evento, processo e estrutura, bem como identificar interfases com outros modelos de análise, como por exemplo o modelo da “arquitetura de durações” da escola dos Annales.

Estes reforços teóricos serão brevemente apresentados no próximo tópico e revisitados na análise de dados.

Incorporando conceitos da historiografia contemporânea

A intenção deste tópico é apresentar um repertório conceitual auxiliar e já consolidado na historiografia contemporânea referente ao tempo, saltando, todavia, as considerações acerca das perspectivas filosóficas sobre o tempo, as quais também têm se dedicado os historiadores.

Como nos ensina Barros (2014), um sistema conceitual relacionado ao tempo deve ser formado por meio de algumas noções que lhes são correlatas, tais como a *temporalidade, duração, evento, processo e estrutura*.

As *temporalidades* são de certa maneira uma demarcação no tempo, são tipificações. São definidas pelos historiadores e não existem por si mesmas, nem os seus limites são dados de uma vez por todas, porque são percebidas simbolicamente. Quando se singulariza o devir histórico em unidades mais operacionais e compreensíveis como a Antiguidade, a Modernidade e a Contemporaneidade já estamos diante de temporalidades históricas (BARROS, 2014).

A *duração* é um tempo sentido ou percebido subjetivamente e não meramente um tempo cronométrico, “é um tempo interno” (BARROS, 2014, p. 247). Essa característica pode dar a sensação de variações na percepção dos diferentes estados que se sucedem uns aos outros em função do ritmo das mudanças ou permanências, são perceptíveis na experiência individual ou coletiva (BARROS, 2014).

O *evento* sugere à percepção humana a experiência do devir, onde um ininterrupto fato acontece. De modo que o tempo histórico se apresenta sob a forma de sequências de eventos,

processos que se desenvolvem e estruturas que se sucedem ou coexistem (BARROS, 2014).

O *processo* tem duas características fundamentais, se apresenta à compreensão humana como algo que se movimenta e traz transformações no devir e também como algo que perdura, que preenche uma extensão no tempo. Ao ser comparado com processos anteriores, pode revelar mudanças e/ou reatualizar permanências. Se as mudanças se sobressaem ou parecem se encadear de modo compreensível, pode-se falar em processo. (BARROS, 2014).

A *estrutura* pode ser identificada quando as permanências parecem sobressair em detrimento das mudanças. A permanência estrutural, como o processo gradual, pode gerar a sensação de continuidade, mas, diferentemente dos processos, as estruturas podem ter uma continuidade, ainda que de forma secundária, mesmo depois de rupturas na temporalidade. De modo que o tempo histórico pode avançar em velocidades diferentes, produzindo durações diferenciadas e complexos entrelaçamentos para distintos aspectos da realidade (BARROS, 2014).

Apresenta-se como território para diversificadas polêmicas entre historiadores e filósofos a questão de saber como se daria este jogo de durações múltiplas, ou como se organizaria esta arquitetura de durações (BARROS, 2014, p. 248).

Um modelo de análise que se propõe esclarecer tal “jogo de durações múltiplas” é a *arquitetura de durações* da escola dos Annales. Para este modelo, a dialética das durações pode ser estudada por meio de um consórcio conceitual entre estrutura, conjuntura e eventos. Neste modelo há uma arquitetura de três durações, a estrutura circunscreve as conjunturas, e estas circunscrevem os eventos. A originalidade desta representação do tempo histórico lança luzes para um conjunto de aspectos, oportunizando novos objetos, novas fontes, bem como novas abordagens e metodologias (BARROS, 2014).

Na arquitetura de durações o pesquisador constrói sua representação do tempo histórico e apresenta suas proposições aos seus pares. Como criativamente faz Barros (2014), com suas metáforas

musicais, nas quais as durações no tempo histórico são concebidas à maneira de melodias diversas, que se desenvolvem conjuntamente no interior de uma mesma música cada qual portadora de seu próprio ritmo.

Cabe ainda reportar que na historiografia contemporânea o conceito de tempo não vem só subsidiado pela filosofia, física, ou mesmo a música, há também o tempo geológico.

A historiografia do Antropoceno é um tema que vem provocando debates. Desde à aceitação do conceito, originado na geologia, às disputas sobre seus usos e significados quando o campo da História se apropria de tal ideia. Algumas áreas de investigação historiográfica, tais como a história ambiental e a história intelectual, começaram a trabalhar com o conceito pouco tempo depois de sua emergência em 2000 (SULIANI, KLANOVICZ & SILVA, 2023).

O conceito vem retroalimentando reflexões sobre temporalidades e delimitações da contemporaneidade. Falar de Antropoceno em História significa tocar em relações entre humanos e não humanos, tomando tais relações sob uma perspectiva ecológica, acolhendo conceitos e categorias temporais e espaciais de outras ciências e abrindo espaço para novas ou, pelo menos, diferentes perguntas e interesses para o fazer historiográfico (SULIANI, KLANOVICZ & SILVA, 2023).

A produção do campo vem se consolidando no contexto de três viradas da escrita da história, marcadas pela experimentação de novas periodizações, novas perguntas e novas agências, são elas: (i) a virada ético-política, com atenção às novas contemporaneidades, novas diferenças e novas alteridades; (ii) a virada geológica, que propõe o olhar para novas dimensões do tempo profundo, dos ciclos geológicos, do clima ou da atmosfera; (iii) e a virada pós-humanista, que chama atenção para a agência não humana na história e as novas agências (SULIANI, KLANOVICZ & SILVA, 2023).

Pesquisa bibliográfica e de campo

A pesquisa bibliográfica e de campo ocorreu inicialmente no âmbito de uma pesquisa de

doutorado no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras na linha de pesquisa “Organizações, Gestão e Sociedade”. A tese foi defendida em dezembro de 2020 e teve como objetivo demonstrar como uma prática cultural pode refletir por meio de seu estoque de saberes, consensos sociais históricos. (OLIVEIRA, 2021).

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, observação participante, caderno de campo e entrevista semiestruturada. A pesquisa de campo foi realizada por um período de sete (7) meses, nos municípios de Cambuquira, Lambari e Caxambu (setembro de 2018 a março de 2019) e foram entrevistados 108 coletores de água mineral.

Além disso, o dia a dia e conversas informais com outros coletores e não coletores possibilitaram recolher informações que foram incluídas no caderno de campo. Semelhante a modalidade etnográfica que Magnani (2002) caracteriza como “de passagem”.

Que consiste em percorrer a cidade e seus meandros observando espaços, equipamentos e personagens típicos com seus hábitos, conflitos e expedientes, deixando-se imbuir pela fragmentação que a sucessão de imagens e situações produz (MAGNANI, 2002, p.18).

A alegoria da cebola orientou a coleta e análise de dados, ou seja, foi por meio da coleta de situações vividas no presente que se buscou observar “relampejos” de passados, que foram organizados em camadas e descritas de forma ensaística. A pesquisa bibliográfica da historiografia regional subsidiou as análises, no sentido de contextualizar e em certa medida contrapor-se a ela.

As três principais referências historiográficas aqui utilizadas foram escritas por médicos, e embora as obras possuam um distanciamento temporal, é cada qual, o “clássico” de sua cidade. Seus autores são: em Caxambu, Henrique Monat (1894); em Cambuquira, Thomé Brandão (1958) e em Lambari, José Mileo (1970). Também foram consultados trabalhos científicos e sítios de internet de instituições públicas.

Análise de dados

Cambuquira, Caxambu e Lambari.

As três cidades compartilham de inúmeras semelhanças, contudo, são lugares diferentes.

De acordo com Barros (2022) o conceito de lugar implica relações intersubjetivas que se integram a uma determinada objetividade. É dotado de uma singularidade, agregando novos níveis ou camadas de sentidos. Tais singularidades não excluem a possibilidade que sua análise se refira a uma totalidade.

Ainda segundo Barros (2022), o lugar tem seu lado de dentro e seu lado de fora, a relação deste lado de dentro com o seu entorno, ou com realidades mais distantes diferencia as pessoas do lugar. A experiência humana que esta relação estabelece molda os modos de vida e os mecanismos de identidade.

Pode parecer óbvio, mas é importante lembrar que as fontes não foram trazidas para as cidades (embora captadas, disputadas, adornadas e pesquisadas nelas). Os olhos d'água já estavam lá e foram primeiramente frequentados, e por estarem onde estão, cada água, com as características distintas que possuem, são como as cidades que surgiram no seu entorno, semelhantes por causa de sua característica mais incomum, quando comparadas às outras águas e outras cidades. Essa característica incomum tipifica os lugares em questão como estâncias hidrominerais e as águas, de minerais.

Segundo a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais, as principais fontes destinadas ao envase, uso balneário, industrial e fontanários no estado de Minas Gerais, distribuem-se entre 43 municípios, o que representa 5% dos municípios mineiros. Dessas águas, 80% correspondem às águas fluoretadas e 18% às águas e as chamadas águas de mesa. As águas das cidades de Cambuquira, Caxambu e Lambari correspondem aos tipos mais raros, 2% do total. Estas águas minerais são do grupo das: alcalino-bicarbonatadas, litinadas, carbogasosas, cálcicas, alcalino-terrosas, ferruginosas, sulfurosas e hipotermiais (CODEMGE, 2018).

Nos parques das águas (das três cidades) há trabalho de gerações. Aterros, captações, reformas,

uma constante domesticação da paisagem local. Os parques são infraestruturas complexas, mesmo com a diferença de dimensões. Todos possuem estruturas em comum, em desuso ou danificadas, marcas de reformas, reaproveitamento de materiais e inclusão de novos equipamentos. Existem construções que remetem a diferentes períodos, chamam de arquitetura eclética, além dos galpões de envasamento. Essa arquitetura eclética é hoje um patrimônio material, e reflete as diferentes camadas históricas aqui estudadas. Todos os parques possuem por exemplo, um lugar de orações, de negócios e de cuidado com a saúde.

Mesmo com diferenças proporcionais consideráveis quando comparados entre si, no que diz respeito à população, área e densidade demográfica, os três municípios podem ser tipificados, de acordo com a estratificação do IBGE (2020), como municípios de pequeno porte.

Quadro 1 Dados socioeconômicos

	Cambuquira	Caxambu	Lambari	Minas Gerais
População	12.812	21.610	20.907	20,87 mi
Área	246,380 km ²	100,483 km ²	213,110 km ²	586,528 km ²
Densidade Demográfica	52 hab/km ²	215 hab/km ²	98 hab/km ²	33 hab/km ²
PIB/per capita	R\$17.214,96	R\$14.826,33	R\$15.981,83	R\$16.296,00
IDH	0,699	0,743	0,711	0,731

Fonte: IBGE (2020)

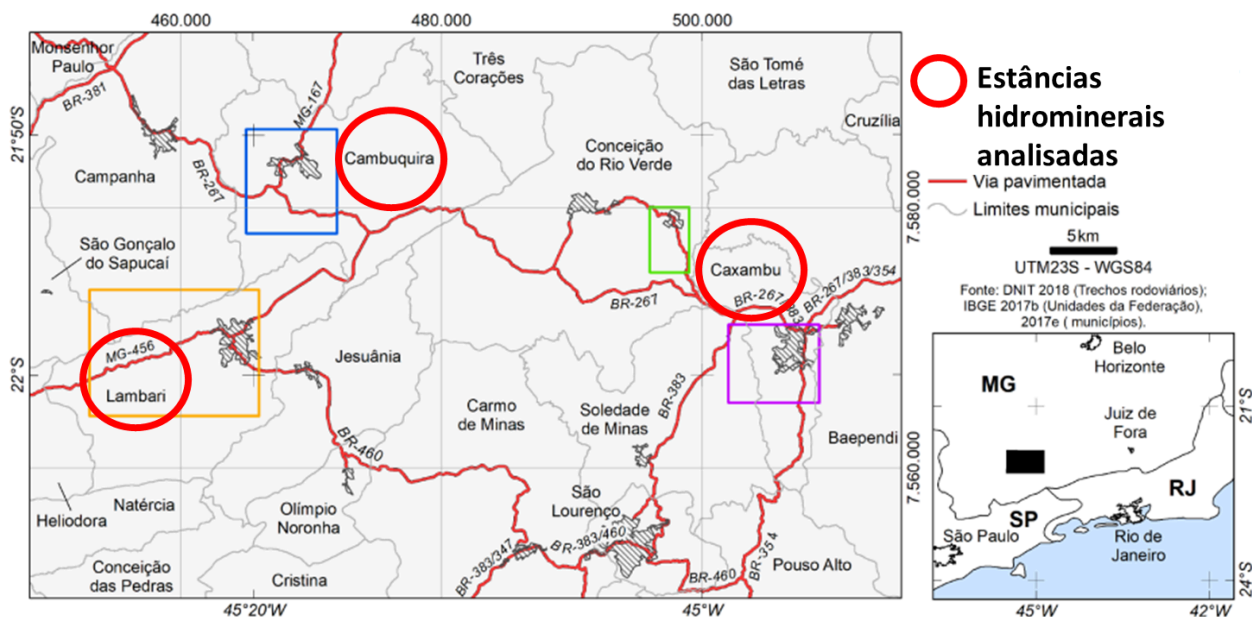


Figura 2 Mapa da Região do Circuito das Águas do Sul de Minas
 Fonte: CODEMGE (2018)

Tipificações históricas

Seguindo a tese benjaminiana de temporalidade não linear, em que o passado, mesmo que encoberto, continua agindo no presente, a pesquisa de campo encontrou situações onde “o pulso do passado” pode ser sentido na atualidade. As tipificações históricas aqui apresentadas são ilustradas com tais “relampejos” e iluminadas a partir do presente.

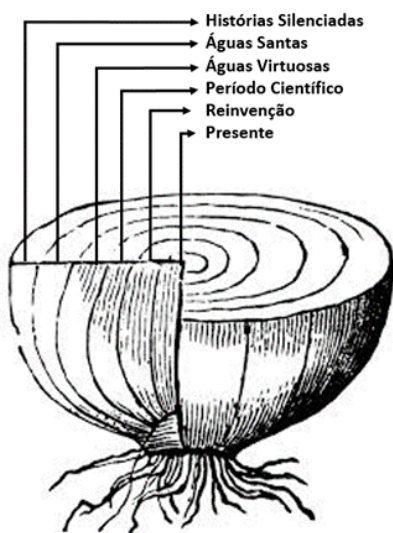


Figura 3: Tipificações históricas na alegoria da cebola
 Fonte: elaborado pelos autores

Histórias silenciadas (ou quase)

Situação observada: O subjetivismo animista nas fontes intermitentes

Segundo Viveiros de Castro (2017), os fundamentos que orientam a construção e validação do conhecimento do mundo moderno contrastam com os fundamentos que executam essa função no mundo ameríndio. As correntes epistemológicas ocidentais tendem a corroborar com a ideia de que o conhecimento é fruto da acumulação de informações reproduzíveis de um objeto e que suas causas não têm correlação com o que o observador, enquanto indivíduo, pensa sobre elas. Para a ciência ocidental, o conhecimento está em descartar do fenômeno que se quer conhecer juízos de valor individuais, buscando, no fenômeno, as características capazes de um consenso, mesmo que provisório, entre os iniciados que dominam certa linguagem.

Por outro lado, o olhar que busca o conhecimento no mundo ameríndio, que Viveiros de Castro (2017) chamou de naturalismo ameríndio, é um processo que consiste na atribuição de um máximo de subjetividade àquilo que se conhece. Não há uma relação sujeito/objeto, como na ciência ocidental, a relação é sujeito/sujeito, posto que emana de todo o cosmo uma aura humana. Este modo de interpretar certos fenômenos persiste no

presente do Circuito das Águas.

Durante a pesquisa de campo, foi possível identificar a existência de um subjetivismo animista nas fontes intermitentes, ou seja, o “relampejo” desse passado ameríndio ocorre na maneira de interpretar a seguinte situação: um sujeito entra no fontanário e água para de jorrar ou começa a jorrar.

Segundo os estudos de hidrologia realizados pela CODEMGE (2018), a mineralização das águas ocorre em decorrência da fricção e pressão da água sobre as fissuras das rochas, desencadeando a liberação de minerais e outras moléculas que geram diferentes combinações químicas, que eventualmente reagem produzindo gases. Existem fontes mais gasosas que outras e a maioria delas são perenes, e não é difícil perceber que há dias e momentos em que a vasão de água que sai na bica é mais abundante ou menos que outros.

Algumas fontes, em decorrência de motivos geofísicos ou pela forma como foram captadas na rocha, são intermitentes, ou seja, descontínuas, intervaladas. Por isso, elas cessam e recomeçam a jorrar novamente. É preciso que um determinado volume de gás se acumule abaixo do volume d'água, para que ele empurre a água até o fontanário. Esse fenômeno é mais complexo que essa síntese explicativa e também é incerto, quer dizer, não há um tempo intervalar exato para ocorrer. Quando ocorre da água parar de jorrar, pode durar segundos ou vários minutos.

A primeira vez que observamos isso foi quando passamos por uma dessas fontes intermitentes com alguns colegas de Caxambu que gentilmente nos acompanharam numa caminhada pelo parque das águas. Passávamos por diversas fontes e pontos do parque, conversávamos sobre assuntos diversos até que chegamos na fonte “Ernestina Guedes”.

“Essa água costuma ser utilizada para banhos”, disse um companheiro, pois possui tais e quais elementos químicos que limpam a pele – “venham experimentar”, convidou descendo as escadas em direção ao fontanário. Todos experimentamos a água e lavamos o rosto. Quando chegou a vez do nosso guia, a água parou de jorrar. Risos, rosto corado, mas, anedota à parte, seu constrangimento foi porque a ele foi atribuído a causa da seca, que inconformado, dirigiu-se à fonte,

questionando a pirraça. Esperamos um tempo e a água não voltou.

Essa relação com as fontes intermitentes “faz parte da cultura do lugar”, e é comum de ocorrer, não foi um caso isolado. Mas na hora, quando o fenômeno da intermitência ocorre, explicações hidrogeológicas ficam em segundo plano. É levado na brincadeira, mas não deixa de ser uma relação com humores não humanos. Se a fonte jorra ou não para de jorrar, deixa ativo os que cultivam uma amizade com a fonte, e o cético sente que está com sorte.

Em Cambuquira, a fonte ferruginosa também é intermitente. Lá, uma informante revelou que “a fonte tem preferência por pessoas de bom coração”. A água jorrava quando por lá estivemos, mas o caso é que atribuir às fontes a capacidade de fazer avaliações morais, escolhas que premiam os justos, previsões quanto ao azar e à fortuna e outras bossas, é atribuir a elas uma alma onisciente, bem como a causa do fenômeno à subjetividade do coletor.

Por ser uma forma de interpretar um fenômeno natural ou uma agência não-humana, essa cultura do lugar tem como característica a permanência estrutural, compõe o patrimônio imaterial e é reproduzida cotidianamente pelos coletores das águas minerais que frequentam tais fontes.

Apesar da presença de diversos sítios arqueológicos registrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / IPHAN em cidades do entorno como Aiuruoca, Conceição do Rio Verde, São Tomé da Letras e Baependi, não há nenhum sítio registrado nas cidades em estudo, contudo, a historiografia registra a existência das aldeias caboclas.

Águas Santas

Situação observada: As periferias tradicionais

A ocupação movida pela busca da restauração da saúde por meio da fé nas águas minerais se estendeu até a última década do século XIX.

Para a historiografia local, a história dos primeiros assentamentos junto às fontes de águas minerais parece começar com o seu expurgo. Estes

desterrados formaram os primeiros núcleos suburbanos locais, e em grande medida foram os primeiros moradores dos atuais bairros do Marimbeiro (Cambuquira), Santa Tereza (Caxambu) e Vila Brasil (Lambari). Estes locais foram considerados por nossos interlocutores nativos “as periferias tradicionais” de cada cidade. Na pesquisa semiestruturada feita nestes bairros, 80,6% dos entrevistados afirmaram ter tido pelo menos um(a) bisavô(ó) que viveu na cidade.

Em Cambuquira, onde hoje é a região central da cidade, foi a sede da fazenda Boa Vista, pertencente a três irmãs solteiras que, após o falecimento da última irmã em 1857, deixaram em testamento, como sucessores os antigos escravos (BRANDÃO, 1958). Como a fazenda ficava na rota da estrada de Campanha, não tardou que a elite rural tomasse conhecimento “de uns pretos ex-escravos, que a esse tempo residiam na velha fazenda, aplacando a sede dos viajantes” (BRANDÃO, 1958, p. 16).

Logo a câmara de Campanha se incomodou com os rumores da formação de um arraial na fazenda de “um bando de ex-escravos” (BRANDÃO, 1958, p. 16). A ação tomada foi a desapropriação em 1861 e a retirada dos herdeiros das três irmãs. Segundo Lemes de Souza (2018), o pagamento pelas terras não ocorreu, o que faz dessa desapropriação um desterro.

Werneck (1912) escreve no posfácio de seu livro “Judith”, que as fontes, após a desapropriação, estavam abandonadas pelo Estado à “ignorância do povo”, e faz uma breve descrição.

Em 1889, deu-se um dia na veneta visitar a *aldeia* de Cambuquira, próxima de Águas Virtuosas. O povoado era composto de casebres de pouco valor, na maioria pertencentes a pobres *caboclos*, havia-se erguido modestamente na fralda de uma colina, para cair logo em lamentável ruína (WERNECK, 1912, p. 213, *grifo nosso*).

Na atual Caxambu, a procura pela água mineral deu origem ao assentamento que ficou conhecido por Água Santa. Conta Monat (1894), que nessa época só havia um poço de doze palmos de circunferência, cujo acesso era por um caminho de troncos picados por cima do atoleiro. Logo, várias pessoas começaram a se dirigir para a região:

Sobretudo, os morféticos, os reumáticos, os papudos, os cancerosos, os cegos e os loucos. Uns limitavam-se a beber a água, a maior parte, porém banhava na fonte seus membros entorpecidos, cobertos de chagas. A princípio abrigavam-se num único rancho de capim promiscuamente; depois foram se fazendo outros, até que surgiu uma verdadeira *aldeia*, em que os morféticos eram em maior número (MONAT, 1894, p. 6, *grifo nosso*).

Em 1841 o juiz municipal de Baependi, o senhor Aleixo Teixeira de Carvalho, mandou intimar as pessoas com ordem para deixarem o local sob pena de prisão. Quarenta e oito horas depois da intimação, estavam abandonados mais de quarenta ranchos que a autoridade mandou queimar (MONAT, 1894).

Sobre Lambari, num ofício de 1826 encaminhado à câmara de Campanha solicita-se dentre outras coisas, a “construção de uma ermida, para se dizer missa ao povo, pois concorrem ali muitos e muitos eclesiásticos” (MILEO, 1970, p.27). O povoado em 1837 era formado por “apenas uma casa de telhas e de algumas choças de sapé” (MILEO, 1970, p.37). No início do século XX, a construção do Cassino deu origem à Vila Brasil. A construção fica sobre um grande aterro, que represou o rio Lambari dando origem ao lago Guanabara. Essas infraestruturas causaram a remoção da população ribeirinha.

Esses primeiros habitantes que moravam em cabanas de capim, eram descendentes de bandeiras colonizadoras ou seus desertores, que buscavam a cura junto às águas minerais orientados por uma racionalidade mística-religiosa, de um cristianismo rústico e miscigenado. Com o desterro das “aldeias das águas santas” surgem as atuais periferias.

Os poucos relatos sobre os assentamentos iniciais parecem ter sido escritos mantendo, ao mesmo tempo, um distanciamento físico e uma reprovação moral. Aos olhos dos ‘primeiros modernos’, como Monat (1894) e Werneck (1912), os habitantes das aldeias das águas santas eram *caboclos morféticos* que viviam amontoados promiscuamente em cabanas de capim. Não se registra as origens dessas pessoas, famílias, comunidades. O olhar de reprovação e asco ofusca nos seus trabalhos historiográficos as características

que nos permitiriam inferir sobre a reprodução material e simbólica destas comunidades.

Os desteros foram processos semelhantes desencadeados por eventos diferentes. Sob a temporalidade não linear da alegoria da cebola, as mudanças implementadas por tais processos reatualizaram permanências estruturais no que diz respeito à estratificação social brasileira, pois, embora a conjuntura seja outra, a condição de periférico é percebida e atribuída as pessoas residentes naqueles bairros. Além disso, o acesso às fontes ainda hoje possui as características escravocratas e eugenistas de tal estratificação. Todos os parques possuem um acesso ou fonte marginal, concebidos no passado para separar a população dos turistas. Estas fontes são as mais frequentadas pelos trabalhadores urbanos e pela população da periferia.

Águas Virtuosas

Situação observada: O desperdício do ouro líquido

Quando a notícia da existência das águas minerais, nas sesmarias do sertão da Mantiqueira, chegou aos ouvidos dos herdeiros do poder estatal no século XIX, o marco institucional comum a todos estes sítios foi a desapropriação. Esse procedimento visava organizar por meio de concessões, a lavra e a ocupação daqueles territórios. Foi quando os assentamentos das águas santas deram lugar às vilas, freguesias e distritos. Essa temporalidade chamamos de “Águas Virtuosas”, e foi caracterizada por uma racionalidade instrumental pré-científica, que dessacralizou as águas minerais transformando-as em uma mercadoria que possibilitaria diferentes maneiras de fazer fortuna.

Após a proclamação da república em 1889 surge a política de financiamento público que ficou conhecida como ‘encilhamento’. Brandão (1958, p. 22) registra que “para tudo que era possível ser explorado organizavam-se empresas e companhias”, mesmo sem um planejamento eficaz. Embora muitos empreendimentos desta época tenham fracassado, uma vez que foram conduzidos, nos dizeres de Brandão (1958, p.22), “por espíritos incapazes, governados pelo deus Mercúrio”, muitas

benfeitorias foram realizadas nessa época nas três estâncias, acumulando trabalho social, como aterros, novas captações, arruamento e canalizações.

Atualmente, a ideia de que a água mineral é uma riqueza está presente na esfera pública e frequentemente tomamos nota disso durante a imersão no campo. Talvez a transmissão cultural dessa estrutura seja um dos exemplos mais evidentes da colonização do mundo da vida pela racionalidade instrumental, acentuadamente econômica. Importante é frisar a diferença fundamental entre dizer que as águas minerais são uma riqueza, como uma figura de linguagem, uma metáfora com lastro afetivo, e dizer que elas são uma riqueza com sentido de valor de troca, valor monetário, que pode ser convertido em moeda corrente, que é o caso aqui.

O volume de água que sai do fontanário e não é coletado, que escorre pelo ralo e vai para o ribeirão, costuma ser percebido como desperdício por alguns coletores nas três cidades. “É dinheiro escorrendo pelas mãos” diz um coletor. Um outro sugere armazenar em tanques para sua posterior comercialização. Um terceiro sugere colocar uma tampa ou torneira. Avaliamos que, o que todas essas angústias têm em comum é serem orientadas por uma racionalidade pré-científica mercantilista, que vê “ouro líquido” saindo das fontes, e que não percebe e/ou desconhece que a normalidade seria a água seguir seu ciclo, criando um charco e um rego d’água que vai tateando até o ribeirão. Indo um pouco além, quem sabe, a presença dessas águas seja determinante na nutrição ou intoxicação de alguma alga que por sua vez está contida num sistema de trocas e cadeias alimentares da ecologia ribeirinha, assim conectando-se à biosfera...

Enfim, a água descendo ralo abaixo é motivo para falar mal da prefeitura e do Estado, a exploração mercantil das águas minerais seria a solução para os problemas econômicos do município, “uma riqueza dessas e a cidade do jeito que está”. Ou ainda, há quem pense que seja uma solução ignorada propositalmente, como se vivesse sob uma conspiração política.

As fontes exercem um fascínio pela abundância e perenidade. Nos fontanários ouve-se constantemente turistas perguntando aos coletores nativos se o parque fecha a vazão de água à noite. – “Não, a água não para”, respondem. A essa resposta

segue geralmente um bate-papo sobre o fenômeno. Os nativos falam com orgulho, confiança, gratidão e carinho sobre as fontes, também acham graça na pergunta ingênua do forasteiro.

Período Científico

Situação observada: Recomendações crenoterápicas aos forasteiros

A criação da Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1808 pode ser interpretada como um evento inscrito no processo de transferência da corte portuguesa para o Brasil, em decorrência de uma conjuntura de expansão das guerras napoleônicas na Europa.

Dentre os médicos formados por esta escola, estavam os filhos da elite latifundiária dos sertões da Mantiqueira. O retorno destes médicos recém-formados para o rincão natal foi fundamental para a consolidação do Período Científico.

Com o crescimento da povoação e a chegada da estrada de ferro, foi se formando, nos diferentes territórios, coalizões políticas capitaneadas pelos interesses entre médicos e políticos no sentido de criar uma agenda de refundação das localidades como cidades balneárias com diretrizes higienistas, cada qual com sua especificidade local, mas a historiografia das cidades mostra que a aliança é a mesma (ciência e política) (MARRAS, 2004).

Do final do século XIX até a década de 1960, o número de visitantes em todas as estâncias aumentou gradativamente. A historiografia local chama esse período de *belle époque*, as cidades estavam na moda, a elite do país veraneava por lá. Fundamentadas na ciência naturalista-positivista e no entretenimento, contam os historiógrafos que, as cidades viviam seus melhores dias.

Com o desenvolvimento da ciência, em meados do século XX, são refutadas as teses sobre a eficiência curativa das águas minerais. Assim, o novo consenso científico alega um baixo poder quimioterápico das águas, quando comparadas às drogas desenvolvidas pela farmacologia.

Contudo, a transmissão cultural do período científico pode ser facialmente percebida nas conversações do dia a dia, sobre o uso medicinal das águas, em que determinados elementos químicos

interagem com determinados órgãos do corpo humano, promovendo a cura.

É comum ouvir, da parte dos coletores, palavras como magnésiana, ferruginosa, diurética, hepato-renal etc., e em todas as fontes existem placas com a descrição das características físico-químicas e efeitos terapêuticos das águas.

Certa vez, em Caxambu, acompanhando a chegada de um grupo de turistas, observamos que a guia turística respondia a uma bateria de perguntas relacionadas ao consumo das águas, ela utilizava esse vocabulário incomum para a maioria das pessoas. Numa linguagem 'científica', falava de águas alcalinas, bicarbonatadas e radioativas na fonte. O receio geral assentava-se no risco do desencadeamento de uma diarreia. A curiosidade era conhecer uma água que já sai da fonte com gás. O conselho da guia foi de que não bebessem muita água de uma só vez e evitassem misturar, recomendando as fontes D. Pedro e Viotti para encher as garrafas.

Enfim, atualmente, mesmo sem o prestígio científico de outrora, os argumentos de natureza positivo-naturalistas passaram a fazer parte do senso comum, e são reproduzidos por iniciados que não chegaram a estas conclusões por si próprios, mas via transmissões culturais, como nos ensina Benjamin (1987).

Para a medicina local as águas minerais é um assunto superado, de modo geral. Os médicos não se interessam sobre o assunto e o acesso a eles(as) é sempre mediado/dificultado por recepcionistas bem treinadas. Por meio de nossa abordagem dialógica e espontânea, não foi possível entrevistar nenhum médico, seja nos hospitais das cidades ou consultórios particulares. Contudo, esta mesma abordagem foi bem sucedida com outros(as) entrevistados(as) de classe média, como tabeliões, farmacêuticos, dentistas, funcionários públicos estaduais e federais.

Reinvenção

Situação observada: Pautando a pureza das águas nas ruínas da modernidade

Na segunda metade do século XX, inicia-se um outro período para a historiografia das cidades/

estâncias hidrominerais, que passam a lidar com uma crise econômica que tem como causas, duas transformações que impactaram profundamente o acervo imaterial e material destes lugares, a obsolescência das razões científicas naturalista-positivista sobre o uso das águas minerais e a proibição do jogo em 1946.

As estâncias continuaram colhendo frutos de seus investimentos e fama, passaram a entrar no roteiro de outros públicos, como as novas classes médias urbanas, congressos científicos, concentrações de times de futebol, dentre outros eventos. Mas o crescimento demográfico dos anos anteriores sem a moda da vilegiatura burguesa e a ‘indústria do jogo’ impactaram no desenvolvimento das cidades, o que causou desencanto, crise econômica e deterioração do patrimônio, demandando das administrações públicas municipais expedientes distintos dos demais municípios, que não possuem a peculiaridade do fenômeno da mineralização das águas, como sua razão de existir.

Esse fenômeno do mundo objetivo, desde que foi alvo do poder estatal e do dinheiro, está na agenda dos administradores públicos e privados de diferentes maneiras no devir histórico, e prova disso é que as racionalidades que orientaram a criação e recriação das estâncias, deixaram de ser os fios condutores dos consensos contemporâneos, mas, as águas ainda estão sob a tutela desses dois subsistemas. Histórias foram silenciadas e a aliança entre a ciência e a política foi rompida, mas o poder burocrático e econômico persiste.

O turismo ainda tem impacto na economia, mas distante dos “bons tempos”. “Fomos empobrecidos” nos disse um prefeito. Dentre os coletores entrevistados, 68,5% afirmaram que seu trabalho não tem relação direta com o turismo. Poucos hotéis da “*belle époque*” ainda estão em atividade. A maioria não foi construída naquela época, mas ostentam tradição, com mérito, e a arquitetura deixa evidente que são de outra geração, contudo, são emblemáticos e pontos de referência nos centros das cidades, frutos da reinvenção que modernizou o moderno que envelhecia.

Existem ruínas de hotéis e hotéis fechados ou em vias de fechar, seja por falta de hóspedes ou por não conseguirem se adequar às atuais normas de

segurança contra incêndios. Outros se reinventaram passando a hospedar prefeituras e outras repartições públicas, ou ainda, foram transformados em condomínios habitacionais.

O declínio do veraneio foi acompanhado pelo aumento da exploração comercial das águas minerais engarrafadas. Contudo, o desenvolvimento técnico-científico da indústria não foi acompanhado de um desenvolvimento epistemológico. Nos dias atuais, as águas minerais são tratadas como minério/commodity pela engenharia administrativa neoliberal. Essa racionalidade mercantilista com características pré-modernas ainda fundamenta os atuais modelos de gestão e exploração das águas minerais. A imprudência ecológica dessas ações mercantis tem provocado mobilização social crítica ao modelo. Estas reações agem na esfera pública e institucional mobilizando meios para a criação de regulações que limitem o escopo de ação dos sistemas político e econômico. O caso mais conhecido na região é em relação à superexploração e desmineralização das águas pela empresa Nestlé, em São Lourenço (LOBATO, 2018).

Nas cidades estudadas, mobilizações neste sentido são empreendidas por instituições da sociedade civil organizada e universidades. Estas parcerias têm contribuído para que, no âmbito jurídico, concessões mercantis e alvarás sanitários tenham que seguir normas mais específicas, que as definidas até então, seja pelo código de mineração, seja pelos planos diretores, em função da raridade das águas minerais e seu estoque cultural, além de mais transparência nos editais e contratos.

A contaminação do aquífero por nitrito e nitrato foi identificado em 2018 (CODEMGE, 2018). As causas da contaminação podem ter correlação com a utilização de fertilizantes e da presença de lixões em toda serra da Mantiqueira.

Considerações finais

Durante a pesquisa de campo foram observados outros “relampejos de passados”, mas nos detivemos aos exemplos que avaliamos suficientes para ilustrar as diferentes formas com as quais as populações de Cambuquira, Caxambu e Lambari se relacionam com as águas minerais por

meio da tipificação de camadas históricas, cada qual com sua narrativa construída sobre determinado processo histórico e seu conjunto de ações. Permitindo analisar as estâncias hidrominerais enquanto invenção e construção social (PRATS, 1998).

As camadas da alegoria de cebola foram aqui tipificadas sob inspiração da historiografia local e da imersão no campo. Mas sua aplicação como método, pode contribuir, por exemplo, em dinâmicas de diagnósticos participativos ou em pesquisas históricas, sociológicas, antropológicas e arqueológicas, que também tenham como diretriz metodológica dinâmicas dialógicas com as comunidades. Posicionando a pesquisa no mundo real dos conflitos econômicos e das lutas políticas (FUNARI, 2002).

A alegoria da cebola permite o consórcio com teorias e métodos da historiografia contemporânea. Podendo, para além da utilização do vocabulário conceitual do campo, colaborar com o esclarecimento de questões como o “jogo de durações múltiplas da arquitetura de durações”.

Neste sentido, acreditamos que a alegoria da cebola possa inspirar também materiais didáticos, pois, oferece um modo de organizar visualmente, complexidades numa temporalidade presente-passado não linear.

Contudo, o modelo pode ser alvo de aprimoramento teórico e metodológico, e ser reaplicado em futuras pesquisas, sejam elas direcionadas aos inúmeros elementos inacabados do passado que podem ser encontrados na atualidade, seja para realizar prospecções em camadas específicas, posto que possuem, cada qual, inúmeras exigências deixadas sem resposta no presente.

A ousadia e imaginação de Benjamin supera o evolucionismo determinista entranhado no materialismo histórico, deslocando esse enfoque do campo das teorias fundamentadas por arquétipos platônicos, aristotélicos e cartesianos, para o campo das teorias estruturalistas e pós-estruturalistas, fundamentadas em arquétipos kantianos e pós-kantianos. Sua crítica a racionalidade instrumental é um salto paradigmático que abre espaços para a imaginação sociológica. Por exemplo, outros conceitos utilizados por Benjamin merecem mais espaço no modelo de análise, como o caso da

luta de classes.

Esse conceito pode ser ampliado para além dos conflitos entre proprietários e despossuídos, já que Benjamin fala de vencedores e derrotados. Neste caso, é a imposição da racionalidade instrumental sobre todas as dimensões da vida, que fomenta a luta pelo poder entre as próprias classes proprietárias, porque ser dono não é garantia de arbitrar sobre a verdade e o progresso.

Nos casos analisados, os primeiros vencidos acumulam derrotas, mas os vencedores eventuais não acumularam apenas vitórias. Os desterrados nunca foram reparados pelos sesmeiros, estes, por sua vez, tiveram que se submeter aos colonos mercadores, o que parece conveniente, mas derivou na perda de seu poder absoluto. Quando chegam os primeiros modernos, as vilas são refundadas e a “elite rústica” alia-se à “elite ilustrada”, nova conveniência, mas que por sua vez deixou vulnerável essa aliança política à crença positivista do progresso. Quando os ideais de modernidade que sustentavam tal aliança ficaram obsoletos, as “elites locais” que, hoje dão nome as ruas e avenidas, perderam seu poder para uma elite financeira não residente e impessoal, todavia representada por trabalhadores técnicos e burocratas. Novamente o que aparenta ser um desenvolvimento conveniente, faz com que na atualidade, até mesmo pequenos reparos nos fontanários sejam submetidos a estruturas verticais de comando, onde o poder local é meramente consultivo. Não que patrimônios materiais devam estar desprotegidos por arranjos institucionais e expostos a caprichos idiossincráticos, o caso aqui é outro, houve a dissolução do poder sem acarretar em compartilhamento de poder, ou seja, a elite local foi vencida por uma elite desterritorializada. E é dessa forma que a catástrofe da contaminação irreversível do aquífero surge como possibilidade futura e parece impor-se como destino inevitável, pois, mesmo que identificada e anunciada pela racionalidade instrumental, sua solução só é compreendida e aceita por meio de mais ações instrumentais de redução de danos e gerida por administradores que precisam apresentar dividendos crescentes caso queiram permanecer no cargo.

Evitar essa catástrofe seria um ato revolucionário sob o enfoque benjaminiano, apenas ações reativas e remediais não serão suficientes. A

certeza de que a catástrofe está em curso deve despertar o pessimismo pró ativo. Pois, manter excluídas as comunidades das tomadas de decisão, impondo critérios e procedimentos que desqualificam outras formas de compreensão da realidade natural e humana, para continuar drenando os recursos gerados pelo extrativismo mineral para a elite de plantão, está na raiz da alegoria da cebola, todas as camadas tem essa característica, logo, não será por aí a solução.

Referências

- ASSIS, R.J.S & CORDEIRO, V.D. A teoria da história em Walter Benjamin: uma construção entre “História e Coleccionismo: Eduard Fuchs” e as “Teses sobre o conceito de história”. **Revista de Teoria da História**. Ano 5, Número 10, dez/2013.
- BARROS, José D’Assunção. A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo. **Dimensões**, Vitória. vol. 32 p. 240-266. 2014.
- BARROS, José D’Assunção. História local e história regional: a historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**. São Gonçalo, v.18, n. 2, p. 22-53, 2022.
- BENJAMIN, W. Teses Sobre o Conceito de História. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In **Walter Benjamin - Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo:Brasiliense, 1987, p. 222-232.
- BENJAMIN, W. História e Coleccionismo: Edward Fuchs. In: **Discursos interrompidos**. Madrid: Taurus, p. 87-135. 1973.
- BRANDÃO, T. **Cambuquira**: estância hidromineral e climática. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. 1958.
- Companhia de desenvolvimento de Minas Gerais CODEMGE. **Institucional**. <http://recursomineralmg.codemge.com.br/substancias-minerais/agua-mineral/#%C3%A1guas-minerais-em-minas-gerais> acessado em 02 de julho de 2020.
- FUNARI, P.P.A. A arqueologia pública na América latina e seu contexto mundial. **Fronteiras : revista de História**, Campo Grande, MS, 6(11): 87-96, jan./jun. 2002.
- GAGNEBIN, J. M. **Walter Benjamin**: os cacos da história. Editora brasiliense. Tradução; Sônia Salzstein. 2ª ed. São Paulo, 1993.
- GAGNEBIN, J. M. Documentos da Cultura/Documentos da Barbárie. **Revista Ide**, 31(46). São Paulo, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Municípios**. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acessado em 02 de julho de 2020.
- LEMES de SOUZA, A. P. A diáspora da água. In: VALADÃO, José de Arimatéia Dias et al. (Org.), SOUZA, Ana Paula Lemes de et al. **Clamor das águas: a busca por nova identidade para as águas minerais no Brasil**. Florianópolis: CAXIF/UFSC, 2018.
- LOBATO, C. B. de P. **Água pra qué(m)**: discurso e identidade na resistência à superexploração de água mineral em São Lourenço. 2018. 139 p. Tese (Doutorado em Administração)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

LOWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Revista de Estudos Avançados**, V. 16, 2002.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - v. 17, n 4. 2002.

MARRAS, S. **A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2004.

MILEO, J.N. **Subsídios para a história de Lambari**. Gráficavila. Guaratinguetá, SP. 1970.

MONAT, H. **Caxambu**. Ed. Luiz Macedo. Rio de Janeiro. 1894.

OLIVEIRA, L. C. de. Gestão social e racionalidade comunicativa: análise da prática cultural de coletar água mineral na fonte. 2020. 166 p. **Tese** (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2021. <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/46088>

PEDROSA-SOARES, Antônio C.; JEBER, Adriana; ALKMIM, Fernando F. de; SCUDINO, Paulo C. B.; LA TERRA, Emanuele F.; VOLL, Eliane (coordenadores). **SIGA/CIRCUITO DAS ÁGUAS: Caracterização geoambiental, geológica, geofísica, hidrogeológica e hidrogeoquímica do Circuito da Águas de Minas Gerais, com ênfase nos parques hidrominerais de Caxambu, Cambuquira, Marimbeiro, Contendas e Lambari**. – 1ª ed. – Belo Horizonte: Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (CODEMGE) – 2018.

PRATS, L. El concepto de patrimonio cultural. In: PRATS, L. (Org.) **Política y Sociedad**. Madri. Universidad de Barcelona, 1998. P. 63-76.

SULIANI, C. R. D. P.; KLANOVICZ, J. & SILVA C. M. Antropoceno: história, historiografia e perspectivas. **Cadernos do CEOM**. v. 36, n. 59, Chapecó, 2023.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22562/2023.59.03>

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Física, metafísica e mitofísica**. Colóquio do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Apresentação oral realizada no dia 04 de Julho de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hygylCWmdYg&t=816s>.

WERNECK, A. **Judith**. Tipografia 'A Editora Limitada'. Lisboa, 1912.